



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS CAPIVARI**

PORTARIA Nº CPV.0045/2020, DE 10 DE MARÇO DE 2020

Trata da nomeação dos membros da Comissão para Estudo de Viabilidade da Oferta de Curso de Pós-Graduação na Área de Educação em Ciências do IFSP – Câmpus Capivari.

O DIRETOR-GERAL DO CÂMPUS CAPIVARI DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais delegadas pela Portaria n.º 3.903, de 04 de novembro de 2015 e considerando o que consta na Resolução nº 1 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 05 de dezembro de 2014, e a Instrução Normativa nº 3, de 04 de maio de 2015 da Pró-Reitoria de Ensino, resolve:

Art. 1º - ALTERAR, em parte, a Portaria nº CPV.0139/2019, de 26 de agosto de 2019, DISPENSANDO os servidores Cleidson Santiago de Oliveira, Dildo Pereira Brasil e Maria Elisa de Castro Almeida da Comissão para Estudo de Viabilidade da Oferta de Curso de Pós-Graduação na Área de Educação em Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Capivari.

Art. 2º - A Comissão para Estudo de Viabilidade da Oferta de Curso de Pós-Graduação na Área de Educação em Ciências do IFSP – Câmpus Capivari passa ter a seguinte composição, sob a presidência da primeira.

Ione Arsênio da Silva
Flávio Henrique Ferraresi
Gislaine Vieira Damiani
Mauro Vanderlei de Amorim
Thalita Arthur

Art. 3º - DEFINIR, como atribuições da Comissão para Estudo de Viabilidade da Oferta de Curso de Pós-Graduação na Área de Educação em Ciências, as seguintes:

- I. Identificar carga horária prevista de aulas necessárias para o curso;
- II. Identificar a infraestrutura necessária para a oferta do curso;
- III. Se considerar viável, fazer proposta inicial do Projeto Pedagógico do Curso; e
- IV. Outras atribuições pertinentes ao estudo da oferta.

Art. 4º - O prazo para apresentação dos resultados dos trabalhos é 31 de março de 2020.

Art. 5º - Os docentes que fazem parte da Comissão podem incluir até 02 (duas) horas semanais em seu Plano Individual de Trabalho Docente-PIT.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura pelo responsável legal.

WALDO LUIS DE LUCCA